

COMENTARIO

AROLDO RODRIGUES

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O artigo da Dra. Maritza Montero constitui, a meu ver, uma caracterização perfeita das origens, do desenvolvimento e do estado atual de Psicologia Social na América Latina. Raramente se encontra, em documento tão conciso, uma visão panorâmica tão ampla, tão exacta e tão lúcida.

Concordo, sem restrições, com os seguintes aspectos do artigo de Maritza:

a) maneira pela qual surgiu o interesse pela Psicologia Social na América Latina, sua origem exclusivamente acadêmica e sua função curricular da formação de especialistas em outros setores de psicologia;

b) sua total dependência, no início, do cohecimento gerado nos países do primeiro mundo;

c) a tomada de consciência, na década de 60, da necessidade de levar em conta aspectos típicos da cultura latino-americana nos estudos de Psicologia Social;

d) o significativo aumento de contribuições em forma de livro e de artigos, na década de 70, por parte de psicólogos sociais latino-americanos;

e) a importância de ALAPSO e da AVEPSO no cenário de Psicologia Social latino-americana, principalmente no que se refere a seu papel aglutinador de psicólogos sociais através de promoção de eventos e publicações que propiciaram a integração dos mesmos;

f) o aparecimento de uma Psicologia Social com características típicas latino-americanas no final de década de 70;

g) a ênfase na solução de problemas específicos da realidade latino-americana e o direcionamento de esforços de muitos psicólogos sociais neste sentido;

h) a relevância da busca de uma tecnologia social para a solução de problemas sociais;

i) a ênfase em problemas ambientais e políticos e o acréscimo de uma componente ideológica e crítica, de base predominantemente dialéctica.

O leitor atento terá percebido que a listagem acima significa que, em outras palavras, há perfeita sintonia entre o meu pensamento e o de Maritza em 99,9 % do exposto em sua excelente visão retrospectiva da Psicologia Social na América Latina. Em que consiste o 0,01 % de divergência? Apenas no que foi dito na segunda metade do penúltimo parágrafo de seu texto e no primeiro período do último parágrafo. Para poupar ao leitor deste comentário a busca de partes de artigo de Maritza, reproduzo-as a seguir:

«No obstante, ya en muchos países del área, explícita o implícitamente, los psicólogos sociales han tomado conciencia de que el apelativo social no es un aditamento superfluo a la cualidad de psicólogo, sino que es un imperativo ligado a las condiciones de vida sobre las que va a actuar; que ejercer una psico-

logia social significa un compromiso y que ese compromiso lleva directamente a la transformación, para bien, de la sociedad en que se vive.

Hacia dónde va la psicología social en América Latina? Hacia su consolidación como ciencia propia, en el sentido que al término propia da Fals Borda (1981); hacia la generación de teorías y métodos propios» (p. 9).

Vejamos, a continuação, por que eu faço restrições a estas posições constantes do trabalho com que nos brindou Maritza.

O compromisso do psicólogo social com a transformação da sociedade em que vive

E difícil alguém defender a posição segundo a qual um cientista deve ser um total alienado, indiferente à realidade social em que vive, aos seus problemas, às suas angústias, aos seus anseios e ao seu aperfeiçoamento. Philip Zimbardo disse certa vez que seu treinamento como estudante de Yale, bem como seu grupo de referência entre seus colegas psicólogos sociais foram ambos conducentes à formação de uma mentalidade de cientista rigoroso dedicado à pesquisa básica. «Foram necessárias», diz ele, «as atrocidades da guerra de Vietnam, para me fazer novamente consciente de que eu me havia tornado psicólogo não para acrescentar ao cabedal de conhecimento, mas para tentar, de maneira modesta, melhorar a qualidade de vida humana» (Zimbardo, 1975, p. 60). Maritza parece partilhar totalmente desta posição de Zimbardo.

Por outro lado, uma ciência engajada e um cientista preocupado prioritariamente com a transformação de realidade (obviamente na direção ditada por sua ideologia, a qual determinará o que é *bom* e o que é *mau* para a sociedade) do que com o estabelecimento de relações não-aleatórias entre variáveis (independentemente de sua eventual utilização no processo de transformação social) não me parece constituir o modelo ideal de ciência ou de cientista.

A célebre dicotomia entre os «cientistas enclausurados em torres de marfim» e os «cientistas engajados em transformações sociais» ou, como também se costuma colocá-la, irrelevância vs. relevância das pesquisas e achados científicos, foi, para mim, resolvida pela proposta de J. A. Varela (1971; 1975; 1977; 1978) e também mencionada por Maritza, de uma *tecnologia social* que, baseada nos achados das ciências sociais, cria soluções para os problemas sociais. Como já disse em outras ocasiões (Rodrigues, 1974; 1979; 1981; 1986), para mim a integração entre ciência e tecnologia resolve a célebre «crise de relevância» da psicologia social, tão falada nos últimos 20 anos, principalmente na década de 70. Se concordamos com Louis Pasteur (1971), para quem não há ciência básica e ciência aplicada, mas sim, «ciência e aplicações de ciência, unidas como a árvore e o fruto que carrega», não há como exigir-se que toda atividade científica seja, necessariamente, orientada para transformações específicas da sociedade. A não ser que se tenha uma visão extremamente ampla de transformação social, considerada como qualquer produção científica passível de eventual aplicação futura (ou seja, qualquer achado científico replicável). Não me parece que a leitura do trecho do artigo de Maritza que estamos focalizando nesta seção permita esta interpretação.

Minha posição é, pois, a de que a preocupação com a aplicabilidade imediata de uma descoberta científica não deve ser a preocupação dominante de nenhum cientista, nem mesmo de um cientista social. Sua preocupação dominante deve ser a de conhecer melhor a realidade que estuda. Os frutos de suas descobertas e de sua contribuição ao adiantamento do conhecimento virão, necessariamente, com a criatividade dos tecnólogos sociais.

Repito: minha divergência com a posição de Maritza, tal como eu a percebi, reside na prioridade por ela dada ao compromisso do psicólogo social com a transformação de sociedade; para mim, o compromisso prioritário é com o conhecimento da realidade que estuda, decorrendo daí, e através da atuação de tecnólogo ou do aplicador dos conhecimentos descobertos, seu impacto na transformação da sociedade.

Geração de teorias e métodos próprios pela Psicologia Social latino-americana

A base de minha divergência aqui resulta de minha postura já insinuada no comentário anterior. Para mim a ciência é universal e a psicologia social é uma ciência. Ela deve, pois, procurar, como dizem Triandis (1978) e Lonner (1979), *universais do comportamento social* os quais são, por definição, transculturais e transistóricos (Rodrigues, 1988). Não só a universalidade de comportamentos específicos deve ser buscada como também a de redes nomológicas integrantes de teorias sobre fenômenos psicossociais. Isto não elimina o reconhecimento da importância da cultura por duas razões:

a) a descoberta de universais não exclui a possibilidade de eles assumirem, *em interação com a cultura*, características específicas. Por exemplo, se a relação frustração/agressão é um universal, nada impede que a forma de agressão, como reação à frustração, seja matizada pela cultura, fazendo com que numa cultura a agressão assuma a forma A e, em outra, a forma B;

b) não afirmo que todo conhecimento adquirido em psicologia social seja transcultural e transistórico; defendo apenas a posição de que a busca de universais é válida e constitui um objetivo central do cientista. Entretanto, reconheço as limitações da ciência psicológica, sua incipiência e suas idiosincrasias. Há, sem dúvida, relações entre variáveis psicossociais que são «êmicas» e não «éticas».

Congratulo-me com a professora Maritza Montero e com a Revista de Psicologia Social por haver brindado a comunidade ibero-americana com a divulgação deste documento e com a oportunidade para sua discussão. Com base no exposto acima, para mim a geração de teorias e métodos próprios pela Psicologia Social latino-americana necessita ser mais bem explicitada. Estou plenamente de acordo que os psicólogos sociais latino-americanos não fiquemos exclusivamente dependentes do conhecimento gerado no exterior; entretanto, acho que devemos buscar conhecimentos que possam, igualmente, ser utilizados no exterior. No que houver de específico e típico de nossa cultura, aí sim teremos que gerar conhecimento próprio; não devemos, todavia, ficar limitados à geração de conhecimento e à criação de métodos próprios. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia dizer que isto deve ser priorizado, não devendo, todavia, constituir-se numa restrição à atividade livre do cientista.

Referencias

- LONNER, W. J. (1979). The search for psychological universals. In H. Triandis & W. Lambert (Eds.) *The Handbook of Cross-Cultural Psychology*. Boston: Allyn & Bacon.
- PASTEUR, L. (1871). *Revue Scientifique*.
- RODRIGUES, A. (1974). *Psicologia Social: Problemas Atuais e Perspectivas para o futuro*. Conferência apresentada a convite no XV Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, Bogotá, Colombia.
- RODRIGUES, A. (1979). *Estudos em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES, A. (1981). *Aplicações da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES, A. (1986). *Psicologia Social*. (2.ª Ed.). Petrópolis: Vozes.
- TRIANDIS, H. C. (1978). Some universals of social behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 4:1-16.
- VARELA, J. A. (1971). *Psychological Solutions to Social Problems*. New York: Academic Press.
- VARELA, J. A. (1975). Can social psychology be applied? In M. Deutsch & H. Hornstein (Eds.) *Applying Social Psychology*. Hillsdale: Erlbaum.
- VARELA, J. A. (1977). Social technology. *American Psychologist*, 32:914-923.
- VARELA, J. A. (1978). Solving human problems with human science. *Human Nature*, 10:84-90.

COMENTARIO

IGNACIO DOBLES OROPEZA

Universidad de Costa Rica

Aprovechamos la oportunidad de comentar el artículo «La Psicología Social en América Latina: desarrollo y perspectivas» de la distinguida psicóloga Maritza Montero para introducir en la discusión algunas reflexiones acerca de la problemática de la Psicología Social y su evolución, basadas en la experiencia costarricense.

Psicología Social en Costa Rica

Al igual que en otros países del área, el desarrollo de un área de intervención, investigación o práctica académica denominada «Psicología Social» es relativamente reciente en Costa Rica, es hasta mediados de los años setenta que se configura una «Sección de Psicología Social» en la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica, única institución estatal en que se forman los psicólogos del país (existe desde hace pocos años una universidad privada que ofrece la carrera, pero no tiene el área de «psicología social»).

El desarrollo de la psicología social en nuestro medio es complejo, lleno de avances y tensiones, contradicciones y estancamientos temporales, logros y fracasos. No obstante, existen indicios alentadores de que se dirige hacia la búsqueda de una identidad propia, de un perfil coherente con las necesidades de nuestro pueblo. Pretencioso sería —no obstante— ser triunfalista al respecto, ya que se trata de un camino que apenas se empieza a recorrer.

La historia no se diferencia en mucho de las de otros países de nuestro continente. En Costa Rica la Psicología como disciplina emerge primariamente en torno a un eje clínico, individualizante, con incursiones claras en los campos de la salud y de la educación. Esto ligado al desarrollo de un estado intervencionista de corte reformista, orientado a partir del año 1948 a gestar e impulsar el desarrollo capitalista del país utilizando mecanismos institucionales, primordialmente de «consenso» como formas de dominación social. En esto último Costa Rica se diferencia radicalmente de los otros países del área centroamericana. (Ver Rojas Bolaños, 1987).

La búsqueda de lo «psicosocial» es una inquietud posterior, indudablemente influenciada por el desarrollo de la propia ciencia psicológica y de las ciencias sociales en general y por las tensiones en una contextualización regional e histórica que hace difícil obviar el peso cotidiano de las contradicciones estructurales.

Ubicamos como hito importante en la evolución de la Psicología Social Costarricense la realización en 1976 de la «Primera Jornada Costarricense de Psicología Social» organizada por la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica y por el Departamento de Psicología de la Universidad Nacional. Este importante evento cobra a nuestro juicio un doble carácter: en primer lugar sirve para explorar —con la colaboración de pro-

fesionales de otras disciplinas de las ciencias sociales— la posible inserción del psicólogo y especialmente del psicólogo social en diferentes esferas de la vida nacional y, en segundo lugar, para empezar a proponerse —desde nuestra especificidad— el abordaje de problemas de relevancia política, económica y social. Veamos los objetivos básicos que se proponía la Comisión Organizadora de este evento (Programa. Primera Jornada Costarricense de Psicología Social, 1976, 1-2):

1. Estudiar y discutir acerca de los fundamentos teórico-críticos de la Psicología Social y su proyección actual en América Latina.
2. Efectuar los contactos y deliberaciones conjuntos que permitan establecer la demanda actual y potencial de «psicólogos sociales» en las organizaciones e instituciones vinculadas a los distintos sectores de programación social costarricenses.

El evento dio considerable impulso al segundo de los objetivos mencionados, ya que en el participaron directamente diferentes instituciones —penales, de salud, educativas, etc.— y se contribuyó a facilitar la apertura de campos de inserción laboral novedosos para los psicólogos, fundamentalmente en el aparato estatal, aunque el objetivo señalado de abordar el campo de la *programación social* ha sido escasamente logrado. La mayor parte de esta inserción laboral es de carácter «asistencial». (Morales, 1984).

Pero la búsqueda teórica y metodológica de lo «psicosocial», debemos admitirlo, entra en un relativo estancamiento, aunque de manera aislada algunos psicólogos cuestionen paradigmas dominantes en la disciplina, así como el papel de la psicología social y de la psicología en la sociedad (ver Campos, Brenes y Quevedo, 1980).

Los años siguientes encuentran dificultades recurrentes para la organización de la «sección de psicología Social» y una falta de coherencia e integridad en los esfuerzos del área. Posteriormente, a mediados de los años ochenta, y con el influjo directo de psicólogos sociales latinoamericanos, como la Dra. Montero y el Dr. Martín-Baró, se inicia una fase de mayor actividad. En 1987 se llevan a cabo las «segundas Jornadas Costarricenses de Psicología Social» con la participación de alrededor de 200 personas: psicólogos, periodistas, sociólogos, educadores populares e historiadores, y con la presentación de 29 ponencias, 6 charlas y una mesa redonda.

Algunas reflexiones

Las breves notas anteriores permiten discernir en nuestro medio procesos de búsqueda y cuestionamiento que en el plano teórico-conceptual pueden relacionarse con una preocupación creciente en el ámbito de las ciencias sociales por investigar la compleja relación entre individuo-sociedad sin simplificar a ninguno de los dos componentes, partiendo de que esta relación es dialéctica, y que ambas categorías se afirman y se niegan simultáneamente, sin que se pueda conceptualizar al individuo sin la sociedad o la sociedad sin el individuo, el sujeto.

Aunque fuese únicamente por razones pragmáticas, una psicología individualizante no puede sino desarrollar un creciente interés por el peso de los «factores sociales», ya que de otra manera no puede pretender entender una amplia gama de procesos, o ejercer influencia sobre ellos. Por eso es

importante el señalamiento de Montero cuando dice: «la influencia social sobre individuo y grupo, los cambios conductuales que en ellos se operan en relación con cambios sociales, el sustrato psicológico de ciertas conductas colectivas no puede ignorarse durante mucho tiempo».

Esta tendencia en el desarrollo académico coadyuva la necesidad de plantearse el desarrollo de la «Psicología Social», llegando a conformar una preocupación creciente en los científicos sociales, políticos, educadores por explorar el papel del *sujeto* en los procesos de transformación social. Ni las interpretaciones sociologistas mecanicistas ni las interpretaciones psicologistas (Martín-Baró, 1983) dan cuenta clara de los fenómenos sociales y sus protagonistas.

Esta inquietud abre promisorias posibilidades para el diálogo interdisciplinario y para el desarrollo de nuestra área de estudio y de trabajo, ligada asimismo con la crisis en que se sumió a principios de los años setenta la Psicología Social en los países capitalistas desarrollados. Esta crisis, como señala Martín-Baró (en Dobles, 1986) abrió una brecha que permitió a los psicólogos sociales latinoamericanos plantearse con mayor facilidad proyectos alternativos de desarrollo de la disciplina. Ejemplo claro de esto lo encontramos en López-Garriga (1983).

El artículo de Montero plantea de manera clara características generales del desarrollo de esta «Psicología Social Latinoamericana». El balance es positivo, permite tener optimismo. Sin embargo, nuestra propia experiencia señala que surgen algunos interrogantes claves en el camino, tales como ¿qué tipo de psicología queremos construir? ¿cuáles son sus fundamentos ontológicos o epistemológicos?, o incluso, ¿qué entendemos por lo «social»? ya que difícilmente encontraremos en la psicología corriente alguno que deje de mencionarlo.

Por otro lado, ¿cuáles deben ser los correlatos metodológicos de esta concepción?: ¿se trata de crear situaciones «sociales» en el ámbito del laboratorio para discernir su efecto sobre lo «psicológico»? ¿se trata de ahondar en el mundo de la interacción, directa o indirecta, con paradigmas fundamentados en el modelo E-R?

A nuestro juicio el desarrollo de la Psicología Social Latinoamericana pasa por dar respuesta a estos y otros interrogantes. Estamos totalmente de acuerdo con la Dra. Montero cuando dice que la Psicología Social en Latinoamérica busca en la actualidad librarse de la dependencia teórica y metodológica, forjarse en una clara identidad científica, dar respuesta a problemas sociales a la vez que se autodefine y proyecta en una perspectiva histórica y dinámica. Se trata, creemos, de un proceso lento y complejo, lleno de contradicciones, sobre el que no cabe ser demasiado optimista, sobre todo si lo vemos desde la perspectiva de una valoración de la inserción real de la psicología social en la problemática de nuestros pueblos. Fácil sería, al intentar dar respuesta a los interrogantes mencionados, transitar por los senderos marcados por los «centros de poder académico» (Martín-Baró, 1983) o por las rutas que nos marcan nuestra propia formación en una tradición positivista.

Se convierte en imperativo el romper con ciertos presupuestos, suposiciones básicas, para despejar nuestro accionar y poder enfrentar con mayor creatividad los problemas de nuestros países, sin poder a veces esperar la pureza instrumental o la sofisticación metodológica que se convierte en

ritual en otros ambientes académicos. Los supuestos ahistóricos, individualizantes, paradigmáticamente limitados, son precisamente los que muchas veces nos han cerrado las posibilidades de intercambio fructífero con otros cientistas sociales y han impedido el desarrollo de nuestra disciplina.

También debemos cuestionar al respecto al ideal de «conocimiento científico» que defendemos. Las concepciones que erigen al procedimiento experimental en método todopoderoso y como forma exclusiva de producir conocimiento, deben convertirse en blancos de nuestro cuestionamiento. Las coordenadas histórico-sociales de la producción psicológica son aquí determinantes. Como señala Jiménez (1987, 2).

Lo que nos interesa aquí es mostrar como al hacer de la ciencia un fetiche se niegan otras formas de conocimiento y se erige a la ciencia en una suerte de divinidad sabia, independiente del pensamiento y la vida cotidiana de las personas y en manos de los sumos sacerdotes que tendrán exclusividad sobre ella.

La realidad nos enseña a ubicar nuestro rol y nuestro rol posible de manera menos presuntuosa, tomando en cuenta como dice Martín-Baró (Dobles, 1987) la necesidad de la propia historización de la Psicología Social, manteniéndola permanentemente vinculada a los procesos históricos en que participan las mayorías populares en nuestros países. No es casual, por lo tanto en Costa Rica y en América Latina en general, el auge relativo de la Psicología Social que tiene a la comunidad como referente histórico concreto, y las búsquedas en la línea de la llamada «metodología participativa» y la «educación popular».

El desarrollo de la Psicología Social en nuestro país ha cultivado estas y otras discusiones, encaminándose tal vez con menor consistencia pero con igual intensidad y dramatismo, por las vías analizadas por la Dra. Montero en su artículo. No se pretenden defender exclusivismos geográficos absurdos en el mundo moderno de constante intercambio económico y cultural, ni negar las diferencias existentes, de orden conceptual o metodológico entre los psicólogos sociales. El proceso es catalizado por las apremiantes circunstancias de nuestros países inmersos en la crisis centroamericana, y como lo hemos señalado varias veces en el trabajo, por las contradicciones y el desarrollo del propio pensamiento científico.

Si intentásemos hacer un balance de lo que hemos logrado en el plano nacional, y en todo el continente, creo que se destacarían las enormes posibilidades de desarrollo que se han abierto, y no tanto los logros concretos hasta el presente. La investigación del papel del sujeto, como aquel que vivencia, que da sentido a su red de relaciones, particularmente en la trama de su vida cotidiana cobra una importancia particular para todas las ciencias sociales; el objetivo de desarrollar una Psicología Social que no busque «predecir y controlar la conducta» sino contribuir a ensanchar los espacios de acción de amplios sectores de la población de nuestros países, rezagados en la marginación o el olvido, o en la miseria de la vida cotidiana, se nos plantea como un reto ineludible.

Pero, para avanzar en este esfuerzo, debemos dedicar más reflexión, más discusión a las interrogantes de carácter general que hemos mencionado. El ser humano tiene un carácter dual: es sujeto y objeto de los procesos sociales. El sobrevalorar cualquiera de estas facetas entraña riesgos importantes. Como señala González-Rey, «la sobrevaloración de cualquiera

de estas dos condiciones del individuo concreto (ser objeto y sujeto) conduce a dos desviaciones en la comprensión del papel del individuo en la sociedad: de carácter voluntarista y subjetivista si sobrevaloramos su papel como sujeto de tipo mecanicista y fatalista si sobrevaloramos su condición de objeto» (González-Rey, 1987, 106). Los psicólogos sociales debemos poner nuestro instrumental, nuestra formación, con una visión crítica y autocrítica, en función de proyectos transformadores del sujeto y de las estructuras sociales: que impliquen un desarrollo más integral del ser humano.

Esfuerzos de este tipo conllevan múltiples escollos. Por un lado, las comunicaciones y los criterios de legitimidad suelen pasar necesariamente por los «centros de poder académico», llevando muchas veces a desconocer lo que hacen los colegas de otros países del continente o a veces dentro del mismo país. Esto se liga con la nefasta tendencia (presente no sólo en los sujetos estudiados por Salazar 1981 sino también en los círculos profesionales y académicos de nuestro continente) a descalificar, minusvalorar lo propio mientras se admira acriticamente lo producido en otras latitudes.

Además podemos mencionar los problemas de infraestructura y recursos, de falta de posibilidades para investigar, el riesgo incluso físico en ciertos contextos para llevar adelante líneas de acción consideradas «peligrosas» por los sectores dominantes; también los efectos de la crisis económica y de la dependencia sobre la propia profesión, y por último, el individualismo propio de muchos psicólogos reacios a los esfuerzos colectivos, que a la vez los lleva a encontrarse frecuentemente desligados de los actores sociales fundamentales en la realidad de nuestros países.

El análisis de la Dra. Montero nos demuestra, en términos generales, que los psicólogos sociales latinoamericanos hemos volcado la mirada hacia nuestra propia realidad. Cambiar de perspectiva no ha sido fácil, y queda por verse cómo este primer paso se ha revertido sobre nuestro bagaje instrumental y teórico, y nuestras opciones axiológicas.

Pero volcar la mirada hacia nuestra propia realidad es sólo un paso. El desarrollo relativo de la Psicología Social en nuestro continente —o de una vertiente importante de esta Psicología Social— ligada de manera creciente a la problemática de nuestra propia realidad de países subdesarrollados, dependientes, con estructuras injustas de poder y de distribución de la riqueza en la mayoría de los países, permite ser optimistas acerca de nuestras posibilidades.

Sin embargo, uno de los riesgos que corremos es que, al enfrentar problemas de grave urgencia, desliguemos nuestra acción práctica de la necesaria elaboración conceptual. Esto lo sentimos los psicólogos sociales en nuestro país al encontrarnos muchas veces dispersos en una gran gama de acciones específicas sin un eje común (que no significa unanimidad de criterios) que nos brinde coherencia estratégica. Avanzar hacia un marco interpretativo integrador, común es uno de los grandes retos que tenemos por delante.

Referencias

- AYALES, I., BEHM, I., DOBLES, I., FLORES, D., RAMÍREZ, L. SÁENZ, L., SALAS, J. M. (1987). Responsabilidad social del psicólogo ante la crisis: el caso de Costa Rica. Ponencia. *XXI Congreso Interamericano de Psicología*. La Habana.

- CAMPOS, A., BRENES, A., QVEDO, S. (1980) Crisis, dependencia y contradicciones de la psicología en América Latina. *Revista Latinoamericana de Psicología*. vol. 12, n.º 1, 11-29.
- DOBLES, I. (1986). Psicología Social desde Centroamérica. Retos y perspectivas. Entrevista con el Dr. Ignacio Martín-Baró. *Revista Costarricense de Psicología*. núms. 8-9, 71-78.
- GONZÁLES-REY, F. (1987). Psicología, ideología y política. Un marco conceptual para su análisis en América Latina, en Montero, M (edit). *Psicología Política Latinoamericana*, Caracas: Edit. PANAPO, 105-130.
- JIMÉNEZ, B. (1987). El Psicólogo y la gente en movimiento. Ponencia. II Jornadas Costarricenses de Psicología Social. Universidad de Costa Rica, San José.
- LÓPEZ-GARRIGA, M. (1983). Hacia una reorientación de la psicología social después de la crisis. *Revista Mexicana de Psicología* vol. XLV, 703-726.
- MARTÍN-BARÓ, I. (1983). *Acción e Ideología. Psicología Social desde Centroamérica*, San Salvador: UCA edit.
- MONTERO, M. (1986). La Psicología Social en América Latina: desarrollo y tendencias actuales. Conferencia. Universidad de Costa Rica.
- MONTERO, M. (1984). Esbozo histórico de la psicología en Costa Rica. *Memoria: Jornadas Profesionales de Psicología*. San José: Colegio Profesional de Psicólogos de Costa Rica, 16-25.
- Programa. *I Jornada Nacional de Psicología Social*. (1976). Depto. Psicología, Universidad Nacional. Heredia, Costa Rica.
- Programa. *II Jornada Costarricenses de Psicología Social*. (1987). Universidad de Costa Rica. San José, Costa Rica.
- ROBERT, J. (1987). La Psicología Social: una aproximación crítica y tercermundista. Ponencia. *II Jornadas costarricenses de Psicología Social*. Universidad de Costa Rica, San José.
- ROJAS M. (1987) ocho tesis sobre la realidad nacional, en CEPAS DEI, *Costa Rica, Crisis y Desafíos* pp. 15-27.
- SALAZAR, J. (1981). Creencias, Actitudes Nacionales e Ideología dependiente en Instituto de Psicología. *Contribuciones recientes a la psicología en Venezuela*. Caracas: Facultad Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela.

COMENTARIO

EDUARDO RIVERA-MEDINA
IRMA SERRANO-GARCÍA

Universidad de Puerto Rico

Una lectura cuidadosa del artículo de Maritza Montero generó unos planteamientos fundamentales con los cuales coincidimos. Nuestro acuerdo es particularmente con aquéllos relativos al desarrollo de la disciplina en América Latina. La Psicología Social en nuestro medio, como actividad intelectual, es definitivamente reciente. La influencia europea y estadounidense permea sus inicios y todavía resulta evidente en algunos sectores. Estamos de acuerdo también en que su entrada en el ámbito latinoamericano se da a través de otras disciplinas de las Ciencias Sociales, como son por ejemplo la Sociología y la Antropología. Su desarrollo es precedido por el de otras especialidades de la psicología, particularmente la clínica. Más aún en algunas instancias surge como un intento de complementar o hasta combatir el excesivo dominio de la psicología clínica de corte psicodinámico. Finalmente, estamos de acuerdo en las dos etapas descritas por Montero, así como con las características que ella le atribuye a éstas.

Aunque coincidimos en términos generales con su análisis de las tendencias actuales, tenemos algunas diferencias en cuanto al énfasis que ella le concede a las situaciones descritas. En primer lugar, aunque los avances y logros alcanzados a través del continente son múltiples nos parece excesivamente optimista su posición en cuanto a la generación de nuevos modelos, teorías y el establecimiento de la disciplina como un quehacer independiente. Estas afirmaciones más bien nos parecen expresiones de las metas u objetivos que animan a las personas comprometidas con la psicología social. Por ejemplo, el énfasis en la pertinencia a la realidad latinoamericana y la importancia de la aplicación del conocimiento son objetivos cardinales que encontramos en todos nuestros países (Ardila, 1968; Escovar, 1977; Marín 1978). Nos parece que indicativo de esta dirección es la designación de «comunitaria» que aparece durante la última década, así como la de «psicología ambiental». Por otro lado, el denominador común e indicador del desarrollo de la disciplina es posiblemente el grado de criticidad y el cuestionamiento de lo que antes se aceptaba como correcto e inclusive como superior (Campos Brenes & Quevedo, 1980; López & Serrano, 1979; Montero, 1978).

La diferencia con Montero en relación con lo anterior reside en que las alternativas que frecuentemente encontramos, tanto de conceptualización como de aplicación, están todavía permeadas a nuestro juicio, por el molde positivista-empíricista prevalente en el pasado (Escovar, 1977; Marín, 1980; Varela, 1971) obstaculizando así considerablemente el desarrollo conceptual alterno y las metodologías que se formulan (Serrano & Alvarez, 1985). No obstante, es importante señalar que algunos autores en el campo, por ejemplo Martín Baró cuando plantea abiertamente y con sólidas bases conceptuales el estudio de la ideología como central a la disciplina, presenta

un rompimiento con lo antes señalado. Otros intentos se dan a través de los desarrollos de investigación participativa (Santiago & Perfecto, 1983).

Otra dimensión que consideramos Montero enjuicia con demasiado optimismo es el elemento interdisciplinario del quehacer de la psicología social. Nuestra experiencia nos señala que lo que prevalece hasta el presente es un enfoque *multidisciplinario* en el cual encontramos la aportación de las disciplinas en forma paralela y donde en ocasiones otra de las disciplinas (por ejemplo la Sociología) tiende a dominar el análisis.

La Psicología Social Comunitaria en Puerto Rico

Por estar de acuerdo con Montero en que una de las mayores dificultades confrontadas en nuestros países es la carencia o escasa comunicación de las realidades nacionales, consideramos pertinente hacer unos breves señalamientos sobre la disciplina en nuestro país, Puerto Rico. Hasta 1975 la psicología social en Puerto Rico es parte claramente de lo que Montero ha identificado como una primera etapa. Es en este año cuando en la Universidad de Puerto Rico comienza un programa graduado de corte comunitario que se designa como psicología social-comunitaria. Con éste se concretan los inicios de la segunda etapa apuntada por Montero. Aún en esos inicios, y a pesar de un rompimiento explícito con las otras ramas de la disciplina, prevalece el modelo conceptual de la psicología social vigente hasta entonces. No es hasta la década de los ochenta cuando aparece en el medio puertorriqueño una expresión formal de una psicología social-comunitaria comprometida con el cambio social. La trayectoria de este proyecto durante la presente década sugiere una dicotomía, que encontramos en otros países latinoamericanos, entre las expresiones formales o la retórica utilizada y la acción que se desarrolla en un medio social particular (Rivera-Medina & Serrano, 1985).

Sólo existe de manera incipiente una verdadera praxis. Existe la conciencia de que es imprescindible vincular la teoría y la acción, pero la traducción de esta aspiración apenas se concreta. La sociedad puertorriqueña al igual que el resto de latinoamérica continúa enfrentando necesidades agobiantes particularmente en los sectores de extrema pobreza. Es esta realidad que lleva a la psicología social comunitaria en general a proponer el modelo de cambio social. No obstante, la realidad política y económica de nuestros países hace muy difícil dicha empresa sin que ésta conlleve una confrontación con las estructuras de poder vigentes. Este dilema lleva en Puerto Rico a la búsqueda de estrategias de supervivencia, haciéndose un esfuerzo por no sacrificar los principios que la animan, al mismo tiempo que se exploran medios de promover esas acciones dentro de la estructura socio-política vigente. En otros escritos hemos analizado esta situación (Rivera-Medina & Serrano, 1985; Serrano, 1981).

Es esta experiencia puertorriqueña, la cual sabemos prevalece en otros países (por ejemplo Santo Domingo, Venezuela, México), la que nos lleva a ser un tanto menos optimistas que Montero. El salto cualitativo que representa la transición de la primera a la segunda etapa es incuestionablemente un logro. Sin embargo, entendemos que estamos todavía a una gran distancia del pleno desarrollo de los modelos propuestos; más aún, consideramos que dadas las condiciones antes señaladas, la elaboración de un mo-

delo que permita articular esta dualidad o dicotomía es uno de los mayores retos que confronta la disciplina.

Futuro Desarrollo de la Psicología Social

En este breve comentario al trabajo de Montero nos hemos limitado a subrayar los aspectos que dan paso a la psicología comunitaria o psicología social-comunitaria. No hemos intentado examinar otras vertientes en el desarrollo de la psicología social que han surgido de esa primera etapa, aunque Montero nos plantea ésta como la salida principal presente. Una vez más compartimos con ella las preocupaciones en cuanto al desarrollo futuro de la disciplina en lo que concierne a la necesidad de generar nuevas teorías y métodos propios a éstas. Del mismo modo surge la urgencia de elaborar modelos pertinentes a nuestra realidad social y el desarrollo de la disciplina con una independencia de las otras ramas de la psicología, reconociendo, que por su naturaleza, debe estar inmersa en unos esfuerzos interdisciplinarios.

Para facilitar el proceso apuntado por Montero consideramos importante subrayar algunas de las medidas mencionadas por ella y que ameritan mayor énfasis. En primer lugar, la difusión de publicaciones en el Continente es de suma urgencia. Ejemplos como el presente aparecen con gran dificultad y apenas llegan a unos sectores limitados de la población interesada. Una segunda instancia de la labor que puede facilitar el desarrollo de la disciplina es una mayor implicación y respaldo por parte de los psicólogos y psicólogas en organizaciones profesionales comprometidas con estos enfoques, como por ejemplo la Sociedad Interamericana de Psicología.

En tercer lugar, estrechamente ligado con lo anterior, es la continuación y aumento de los intercambios formales, mediante la asistencia a congresos, conferencias, seminarios y visitas auspiciadas por las instituciones y los países. Igualmente urge el fomento de mecanismos menos formales en los países respectivos. Estos mecanismos deben trascender los ambientes académicos y deben servir de puentes entre éstos, las organizaciones comunales, las agencias de gobierno y los organismos internacionales. Hasta el presente la participación del psicólogo comunitario o el psicólogo social-comunitario en estas actividades tiende a limitarse a los medios académicos y al trabajo con algunas organizaciones comunales. En algunos países incluye, además, la intervención con agencias gubernamentales. Hasta el presente la implicación a nivel internacional ha sido mucho menos frecuente y muy esporádica. En cuarto lugar, está la formación de grupos de apoyo tanto nacionales como internacionales para combatir la represión en sus variadas manifestaciones y particularmente para proveer apoyo a los distintos grupos y profesionales que promueven los modelos de cambio social. Como se señalara anteriormente, estas personas en la mayor parte de los contextos latinoamericanos, con frecuencia entran en conflicto con las estructuras socio-políticas. Por lo tanto, es de vital importancia que las personas comprometidas con esta acción puedan contar con una infraestructura tanto nacional como internacional que apoye sus esfuerzos. En quinto lugar, para constatar el avance teórico y metodológico en la disciplina es importante que al escribir o publicar se expliciten en las formulaciones lo que se acepta del exterior, lo que se está adaptando, lo que se rechaza y lo

que constituye contribuciones originales. La claridad en la expresión facilita no sólo la difusión sino que a su vez propicia la construcción conceptual sobre unas bases más firmes. Finalmente, y no menos importante, urge el desarrollo y generación de modelos de adiestramiento y educación formal al igual que de educación popular para el liderato de las comunidades enmarcado en los modelos conceptuales que se vienen esbozando. La formación de quienes participan en estos esfuerzos no puede descuidarse y deben, sin embargo, estar siempre vinculada a la praxis.

Referencias

- ARDILA, R. (1968). Psychology in Latin America. *American Psychologist*, 23:567-574.
- CAMPOS, A.; BRENES, A.; y QUEVEDO, S. (1980). Crisis, dependencia y contradicciones de la psicología en América Latina. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 12, 11-27.
- ESCOVAR, L. (1977). El psicólogo social y el desarrollo. *Psicología*, 4, 367-377.
- : (1977). Proyección de la psicología social al sector rural: El caso de Panamá. *Psicología*, 4, 183-191.
- LÓPEZ, M. y SERRANO-GARCÍA, I. (1979). *Hacia una psicología social-comunitaria*. Documento inédito.
- MARÍN, G. (1978). La psicología social y el desarrollo de América Latina. *Boletín de AVEPSO*, 1 (3), 1-13.
- : (1980). Hacia una psicología social-comunitaria. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 12 (1), 171-180.
- MONTERO, M. (1978). Para una Psicología social-histórica. *Boletín de AVEPSO*, 1, 1-7.
- RIVERA-MEDINA, E. y SERRANO-GARCÍA, I. (Julio, 1985). *La psicología de comunidad: Esperanzas del pasado y realidades del futuro*. Ponencia presentada en la Convención Anual de la Sociedad Interamericana de Psicología, Caracas, Venezuela.
- RIVERA-MEDINA, E. y SERRANO-GARCÍA, I. (Octubre, 1985). *El desarrollo de la psicología de comunidad en América Latina*. Ponencia presentada en ITESO en Guadalajara, México.
- SANTIAGO, L. y PERFECTO, G. (1983). *Hacia el encuentro de la psicología de comunidad y la teología de liberación: Un trabajo investigativo con enfoque participativo*. Tesis de M. A. sometida al Departamento de Psicología de la Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras.
- SERRANO-GARCÍA, I. (1981). El futuro de la psicología de comunidad: Supervivencia vs. compromiso. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 1, 7-12.
- SERRANO-GARCÍA, I. y ALVAREZ, S. (Julio, 1985). *Análisis comparativo de marcos conceptuales de la psicología de comunidad en Estados Unidos y América Latina (1960-1985)*. Ponencia presentada en la Convención Anual de la Sociedad Interamericana de Psicología en Caracas, Venezuela.
- VARELA, J. (1971). *Psychological solutions to social problems: An introduction to social psychology*. N. Y.: Academic Press.

COMENTARIO

CRISTINA HERENCIA HINOJOSA

Univ. de San Agustín (Perú)

He debido establecer una línea separatoria entre la presencia de la disciplina de Psicología Social en el Perú, y el pensamiento psicosocial como parte de la tradición ideológica-cultural peruana, para contribuir con reacciones desde el Perú al artículo de Martiza Montero sobre la Psicología Social en América Latina. Como punto de partida habría que enfatizar la diferencia entre el desarrollo histórico-social peruano y el de otros países Latino Americanos para comprender el por qué de esta necesaria separación.

Perú, a diferencia de otros países del continente, parece haber concitado menos inmigración externa, particularmente en Psicología académica, que lo que sugieren las referencias de Montero en los otros países. Las influencias externas en la Psicología se han dado fundamentalmente a través de la exposición de psicólogos peruanos al desarrollo internacional de la Psicología. Como a su vez los portadores de esta influencia están determinados socialmente en su extracción y posición ante los problemas nacionales, su representatividad y/o capacidad de percepción universal de problemas psicosocialmente significativos, en un país particularmente escindido social y culturalmente como es el Perú, es muy limitada.

La disciplina de Psicología Social se incorpora en la currícula de estudios en la Escuela de Psicología de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, de Lima ¹, en la primera mitad de la década de los años sesenta. El primer profesor de la materia no es extranjero, es limeño, evidentemente al corriente de la cultura académica europeo-occidental, sin haber sido formado en ella, y también por ser limeño de las postrimerías de las que los historiadores han llamado «la república aristocrática del Perú», con escasa exposición a la realidad histórica y cultural del país integralmente. La incorporación de la disciplina psicosocial se da consecuentemente a través del estudio de obras foráneas, como ejercicio académico complementario a la formación clínico-individual, sin particular relación con el desarrollo del pensamiento social de la época.

Los primeros estudiantes de Psicología Social, más que discípulos de un maestro, en o fuera de la disciplina, son automotivados y autodidactas en la materia ². Se constituyen en lo que consideraría la primera generación de Psicólogos Sociales peruanos, que surge en los tardíos años sesenta. Tres de ellos han mantenido presencia en la disciplina, y le llamaré la generación de los sesenta porque la producción suya se perfila en esta década. Ellos son los primeros que salen fuera del país para obtener entrenamiento de post grado en la disciplina, que les sitúa en un nivel de sofisticación teórico-método-lógica estándar en términos internacionales. Sin embargo, al regresar se enfrentan al inicio de la crisis universitaria nacional, viéndose obligados a abandonar las aulas para poder producir sus trabajos en un ambiente que les garantice tranquilidad para realizarlos. Así, Carlos Franco, que comienza haciendo estudios sobre actitudes sociales, ideología y política en la Universidad, termina desvinculándose de ella y del gremio, iden-

tificándose a sí mismo como politicólogo o científico-social en términos amplios, categorías con las que se le reconoce efectivamente en el medio nacional. Alvaro González Riesle, también de esta generación, empieza produciendo estudios sobre comportamiento organizacional aplicados, por los que se le conoce hasta ahora, realizando trabajos teóricos de corte muy específico (problemas limítrofes en sus implicancias psicosociales). Finalmente, Baldomero Cáceres, aunque empieza haciendo anotaciones teórico-metodológicas brillantes sobre la psicología peruana en general, termina ocupándose de problemas muy específicos, que bordean límites transdisciplinarios (el cultivo de la coca en el Perú, su problemática social y cultural), borrando simultáneamente, como en el caso de Franco, su identificación necesaria con el gremio.

A diferencia de psicólogos sociales de esa generación en otros países, como en el caso de Aroldo Rodrigues de Brasil, posiblemente Rogelio Díaz Guerrero de México, que con su entrenamiento fuera enriquecen el desarrollo de la disciplina académica en el contacto continuo con colegas y estudiantes en la Universidad, a los psicólogos sociales peruanos de la generación del setenta (y las siguientes) les falla la Universidad (o ellos le fallan a ella). La crisis profunda del sistema universitario nacional, que puede ser interpretada como una crisis de tránsito hacia la privilegiación de la Universidad particular, privada, elitista, sobre la Universidad estatal, pública, masiva, implica cambios importantes en el potencial para el desarrollo de nuestra disciplina. En la Universidad particular ya no se encuentran dentro de la Psicología estudiantes que buscan en la carrera entender desde la perspectiva psicológica la naturaleza de los problemas sociales, o menos aún resolverlos; lo que sí está frecuentemente en el pensamiento de los estudiantes de la disciplina en la Universidad Nacional³. Las aplicaciones clínicas e individuales de la disciplina motivan a la mayoría de estudiantes mujeres de la Universidad particular, cuyo interés es ayudar a las personas desde una perspectiva individual y no teórica. Con un número equivalente de varones y mujeres, y una correspondiente heterogeneidad de extracción socio-económica y cultural, los estudiantes de la Universidad nacional están atraídos hacia la carrera por una motivación en esencia más científica, coincidente con los objetivos amplios de nuestra disciplina: entender los problemas sociales para resolverlos.

Al abandonar la Universidad, por eludir la crisis universitaria, los psicólogos sociales de la generación del sesenta pierden, sin poderlo sustituir con ningún otro, el ambiente ideal para hacer fructífera para la disciplina académica su experiencia foránea. Ellos derivan hacia otros cauces disciplinarios sus originales inquietudes y su trabajo pierde en generalidad y profundidad teórica desde la perspectiva de la psicología social académica. También desde esta perspectiva, los estudiantes de las siguientes generaciones pierden.

La segunda generación de psicólogos sociales, la de los años setenta, está constituida esencialmente por egresados de la Universidad Nacional descrita. Ellos han recibido una irregular formación: ya libresca y teórica, ya renovada teórica y metodológicamente, pero parcial, por los profesores de la anterior generación. En la generación de los años setenta se perfilan dos grupos, uno que hace estudios de post-grado en el extranjero y otro que es formado localmente. Los últimos son impulsados profesionalmente

por la movilización social que caracterizó al proyecto político del General Velasco Alvarado (1968-1974). Velasco convoca, como nunca antes ni después, a los profesionales en las ciencias sociales, para ayudar en el decretado proceso de concientización y participación popular. Por esta razón, a los dispersos e irregulares elementos académicos en su formación, sobre todo en el campo del estudio de las actitudes, los psicólogos sociales de esta generación echan en mano cualesquiera otros disponibles, sobre todo educativos y corte teórico marxista.

Pero las dificultades que encuentra la generación de los setenta para desarrollar la disciplina académica son muy grandes. En primer lugar, pueden tener una formación académica internacional de buen nivel, pero poco conocimiento de la realidad nacional; o pueden tener una limitada y libresca formación psicosocial contemporánea acompañada de una comparable exposición a la sociología y política marxista. En cuanto a esta última aunque el marxismo corrobora aspectos de la realidad social peruana observada, y por ello podría propiciar el desarrollo empírico de la psicología social, sólo ofrece como contraparte a las concepciones «funcionalistas» y metodológicas «burguesas» que critica de la sociedad capitalista, el reto de desarrollar nuevos métodos marxistas para el trabajo académico en la disciplina, que tampoco en su contexto suena muy convincente. Es decir, ¿vale más hacer la disciplina académica que la revolución? Pero, aún este dilema podría haber sido resuelto si las condiciones objetivas de trabajo y producción, universitarias o no, particularmente luego de la caída del General Velasco Alvarado, lo hubieran permitido. En este sentido, la dificultad más grande de esta generación es no hallar un lugar en la sociedad peruana, comparable a la Universidad en otros países latinoamericanos (México, Brasil, Venezuela, Chile), que les brinde acogida, sustento, palestra para la discusión. Esta generación pues, en la variedad de posibilidades que ofrece para el desarrollo de la disciplina, no puede hacerse fecunda y prosperar en el intercambio y la formación de las nuevas generaciones.

En la generación de los setenta se producen trabajos estrictamente dependientes de la tradición norteamericana de psicología social aplicada, como en los trabajos de Federico León (1981), o de la tradición inglesa, como en los trabajos de Juana Pinzás y María Bustamante (alrededor de 1976 y 1979, respectivamente), que presentan diversos grados de relevancia a la realidad nacional. También se dan trabajos como los de Mario Tueros y Cristina Herencia (1978 y 1979), que intentan hallar respuesta a problemas psicosociales peruanos utilizando con variado éxito teorías y metodologías gestadas fuera. Finalmente están los trabajos que buscan dar respuesta a problemas sociales urgentes, pero más de tipo práctico que teórico, con un menor dominio de aportes contemporáneos de la psicología social. Ejemplo de este último tipo de trabajo son investigaciones de índole local y aplicada, producto de las demandas de la época, que junto con las múltiples tesis sobre la relación de clase social con diversos factores psicosociales, desde inteligencia hasta motivación de logro y participación política, cierran la producción de la disciplina en el momento.

La generación de los años setenta se frustró en su posibilidad de concertar un trabajo conjunto por la falta de un espacio que posibilitara el intercambio. De esta manera, las diferencias en perspectiva teórica y metodológica primaron sobre la comunalidad de intereses para el propio prove-

cho académico y el de la generación siguiente. Es ilustrativo mencionar en este sentido, los fallidos intentos de convocar a un primer encuentro de Psicología Social, que a iniciativa de Mario Tueros en el año setenta y seis, congregara a un grupo representativo de esta generación. Las sesiones preparatorias no derivaron finalmente en un encuentro y ni siquiera en la vinculación orgánica de los psicólogos sociales, que pudo haber correspondido, por ejemplo, al AVEPSO de Venezuela. Así también, en los años ochenta y ochenta y uno se pone en marcha un seminario para exponer las investigaciones realizadas por psicólogos sociales, auspiciado por el CONCYTEC (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnológica), conducido por Federico León. Este tampoco llegó a concretar la integración de los psicólogos sociales peruanos en algo que pudiera aproximarse a una escuela o movimiento nacional en Psicología Social.

Por no poder la generación del setenta nunca llegar a ponerse de acuerdo entre sí, su influencia formativa en la generación siguiente, que llamaré la de los ochenta, fue parcial y exigua. La generación de los ochenta se perdió en su mayor parte para la disciplina académica. Los sobrevivientes de esta generación, que lo son también del sistema universitario nacional, pueden considerarse esencialmente eclécticos, autodidactos, y mucho más vertidos a la acción política que a psicológica profesional. En comparación con las estudiantes de Psicología Social de otras partes del continente en las que no ha habido tal rompimiento generacional, es posible que esta generación haya perdido la posibilidad de versarse más con el paso del tiempo en teorías, métodos contemporáneos norteamericanos, europeos, y aun de países socialistas, para avocarse al estudio de su propia problemática nacional con seguridad y sin defensividad. Por la crisis universitaria, la generación del ochenta ha debido desestimar la expectativa de conocer la tradición académica internacional y aun latinoamericana en Psicología Social, para dedicarse por su cuenta, a su manera, a responder inteligentemente, la exigencia de dar luces sobre los problemas sociales, políticos e ideológicos pendientes en el país. Su marco de referencia no son tanto los moldes conceptuales y estilísticos internacionales, sino los que hagan sentido en el contexto socio-político peruano. En el Perú la generación de los ochenta en Psicología Social ha remarcado, por encima de la Psicología, debido a su disponibilidad y pertinencia, su relación con las ciencias sociales peruanas (Sociología, Antropología, Historia), que a su vez, por lo álgido de la problemática social a la que deben responder, presentan límites interdisciplinarios cada vez más borrosos.

La generación de los ochenta nos trae al otro tema del presente comentario, el del pensamiento psicosocial en el Perú. En una sociedad dividida por lo menos culturalmente en mitades (en la cual la dominante tiene menos contacto académico externo que la mayoría de nuestros otros países, que le pudiera hacer sensible a la realidad nacional), tuvo que surgir en alguno de los intersticios del sistema, elementos pensantes que intentaran explicar psicosocialmente la heterogeneidad del país y su dinámica. El pensamiento psicosocial sería las diversas aproximaciones culturales-espirituales a los diversos grupos humanos del país, a propósito de perfilar conciencia nacional e ideología conductora, más allá de los fines meramente académicos.

Los antecedentes más cercanos y relevantes del pensamiento psicoso-

cial en el Perú al desarrollo de la disciplina académica surgieron a partir de la década de los años veinte. Dos corrientes pueden tener especial vigor para estimular tanto trabajos académicos como movimientos sociales. Estas son la corriente del pensamiento marxista, liderado por José Carlos Mariátegui, y la del pensamiento indigenista, por don Luis E. Valcárcel. De la influencia marxista proviene la cultura universitaria que sirve de base a las inquietudes sociales y políticas de un grupo de la generación de psicólogos sociales de los años setenta, y más ampliamente en la generación de los ochenta, que ya no participa activamente en la producción académica de la Psicología Social. Por otro lado, la corriente indigenista ha dado impulso al desarrollo de la antropología peruana, disciplina que en el momento está presentando desafíos en las teorías marxista para adecuarse o desarrollarse «vis a vis» la compleja realidad sociocultural peruana. En términos de comportamiento social la Antropología peruana es clave para aclarar determinantes estructurales y aspectos simbólicos de los grupos humanos en el Perú. Sin embargo, la corriente indigenista está todavía por producir efectos, más allá de los meramente académicos, en el campo político ideológico futuro, para las cuales debería aprestarse la psicología social peruana.

¿Por qué es importante el desarrollo del pensamiento psicocial en el Perú, al margen de la presencia de la disciplina académica de Psicología Social en la universidad? Es importante porque a través de él se dan las respuestas a problemas esencialmente psicosociales que urge resolver, que las otras disciplinas sociales por su ductilidad teórica y metodológica están poniendo a comprobación empírica. Encuentro en los trabajos realizados en la Antropología principalmente, y en menos medida en la Historia y la Sociología, problemas que deberían constituir el centro de interés de la psicología social peruana: marginalidad social y sus efectos, transculturación, movimientos campesinos, movimientos urbanos, bilingüismo y problemas educativos asociados, alienación, aprendizaje de roles sexuales, movimientos religiosos, el fenómeno de Sendero Luminoso, por mencionar algunos. Creo que el mérito que tiene la generación del ochenta mencionada arriba está precisamente en haberse empapado por su cuenta del pensamiento social peruano matriz y su realización concreta en trabajos de otras ciencias sociales que han buscado relevancia, sin hallar todavía un lugar que implique ser un aporte significativo para ellas. Está la generación del ochenta, de una manera más intensional y dramática que las anteriores generaciones, por un camino ligeramente diferente del de nuestros vecinos por no tener a su cuenta todos los instrumentos académicos de la disciplina, buscando definir su propia personalidad y campo.

Para concluir pienso que las tres generaciones de psicólogos sociales peruanos hemos sido y estamos siendo afectados por el problema nacional peruano irresuelto. Sentarnos a establecer una base de acuerdo académico entre nosotros implicará desvelar la naturaleza en nuestras posiciones, estudiar la reconciliabilidad de nuestra visión sobre la disciplina y de la realidad social que pretendemos o no resolver. Lo que parece haber acontecido hasta ahora ante el dilema anterior es la explosión del proyecto concertatorio, con una independización de los núcleos que comparten criterios. Ellos presentarán, con diversos grados de agresividad y coherencia, su particular visión de la disciplina, e implícita o explícitamente, su visión sobre la realidad nacional, considerando sus problemas resueltos en la medida en

que simplemente se ciñen a transcribir una determinada corriente internacional en suelo peruano, o por el contrario, estén distantes de considerarles así por intentar definir problema, tarea, método, en relación a las exigencias de la realidad peruana. Será en este sentido prudente no pensar que porque una de estas corrientes publica documentos o se vincula con el desarrollo de la Psicología Social internacional es realmente representativa de la «Psicología Social peruana». O por lo menos, mi presunción es que la que mejor podría reflejar como grupo humano las realidades a encarar por la Psicología Social peruana, tanto en cuanto a problemática, como en cuanto a tarea, teórica y metodológicamente hablando, todavía no ha hecho llegar su voz, porque en el mejor de los casos la está recién elaborando. En el peor, es que el pensamiento psicosocial crecerá en la consciencia nacional sin haber pensado necesariamente por los cauces de la Psicología Social académica, tal como ahora la conocemos. Perderá la consciencia nacional precisión y tiempo para lograr las respuestas que necesita de nuestro ámbito de estudio, pero creo que perderá más la psicología académica.

Quedo completamente de acuerdo con Maritza Montero en que la Psicología Social de nuestra parte del continente está buscando, y con gran promesa, una personalidad propia y original, con mucho que dar al desarrollo internacional de la disciplina. Ello siempre y cuando en países complejos como el Perú, se venzan los escollos internos para su desarrollo, tal vez apoyados en el diálogo horizontal con colegas de países hermanos.

Notas

¹ Conversación personal con el Dr. Gustavo Sace Miro-Quesada, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, 1976.

² Los criterios vertidos en este comentario son resultado de entrevistas realizadas a los psicólogos sociales, y una revisión de tesis y trabajos producidos con motivo del proyecto de evaluación integral de la Psicología peruana patrocinada por la Fundación Ford en el año 1978. A la autora se le encomendó la revisión del área de Psicología Social. El proyecto integral falló por limitados fondos para realizarla.

³ Herencia, Cristina «Factores psico-sociales en la vocación hacia la Psicología Social en estudiantes de tres universidades limeñas». Manuscrito no publicado, 1985.

COMENTARIO

GERARDO MARÍN

Universidad de San Francisco

Recibí la invitación de los editores de la revista para escribir este comentario como un reto muy especial, puesto que permitiría revivir mi implicación con la psicología social de América Latina, a través de los últimos quince años. Habiendo formado parte de aquel grupo gestor de ALAPSO que se reunió en Bogotá (Colombia) en 1973, mi trabajo profesional se ha definido dentro del quehacer de la psicología social primero en Colombia y más recientemente entre las comunidades latinoamericanas de Estados Unidos. Una serie de accidentes históricos me han permitido entrar en contacto con psicólogos sociales de casi todos los países americanos, relaciones estas que han enriquecido mi vida personal y profesional y que me han permitido el empezar a entender lo que es la psicología social en latinoamérica. Lo que sigue son observaciones personales, producidas en parte por la lectura de los otros comentarios que se incluyen en este número de la *Revista de Psicología Social* y en parte por los hechos que me preocupan cuando hablamos del estado de la psicología social en los países de América Latina.

Aunque son muchos los comentarios que se pueden hacer sobre la psicología social en América Latina, hay tres áreas que me preocupan en particular y que quiero comentar en este artículo. Una se refiere a la necesidad de incrementar la preocupación de los psicólogos sociales latinoamericanos por estudiar la validez transcultural de nuestras teorías y suposiciones científicas. Una segunda área de preocupación personal es la necesidad de hacer una psicología social aplicada que esté basada en teorías psicosociales y que se diferencie de las labores de los trabajadores sociales, los promotores comunitarios y otros profesionales cuyas labores y roles a veces hemos usurpado. Finalmente, quiero re-enfatizar el problema de la difusión de la información científica producida en Latinoamérica. Estos tres puntos son algunos de los muchos que se podrían mencionar al comentar el estado de la psicología social en Latinoamérica, los he escogido porque son temas que forman parte de mis preocupaciones profesionales casi de una manera cotidiana y son asuntos que requieren de un análisis más concienzudo del que yo he podido hacer en estas páginas. Espero que estos comentarios sirvan para iniciar un diálogo constructivo que nos lleve a producir una psicología social latinoamericana ágil y fructífera.

Validez Transcultural de la Psicología Social

Gran parte de mi trabajo profesional de los últimos diez años ha estado ligado a la identificación de aquellas características culturales que nos diferencian a los que encontramos nuestras raíces culturales en los países iberoamericanos de aquellos grupos o naciones cuya trayectoria cultural está ligada a otras culturas. Mi interés por este tema está en lograr destilar aque-

llas creencias, valores, expectativas y normas que forman parte de nuestro bagaje cultural y que debemos tener en cuenta los psicólogos sociales cuando tratamos de hablar de teorías, modelos o procedimientos de intervención que son culturalmente apropiados y no el producto de la simple importación o traducción de elementos foráneos. Estas preocupaciones desde luego no son nuevas, varios de los pioneros de la psicología social y otros científicos sociales y del comportamiento (por ejemplo, los antropólogos y sociólogos), han mantenido esta posición por muchos años. Sin embargo, son pocos los psicólogos que se han preocupado por estudiar las implicaciones de estas tradiciones culturales.

El ignorar esta preocupación por el efecto de la cultura en las acciones del ser humano produce innumerables dificultades cuando tratamos de contribuir al desarrollo de una ciencia o profesión como es la psicología social. Primero nos lleva a creer que los contenidos de una ciencia (sus presupuestos teóricos, hipótesis, y datos) son válidos de por sí independientemente del contexto histórico, geográfico o cultural de los individuos que los crearon o de aquéllos en quienes se basaron los teóricos al proponer sus teorías e hipótesis. Esta creencia en la universalidad «de hecho» de la psicología social impide el que se analicen críticamente los acerbos del conocimiento de la ciencia universal ignorando que en muchos casos esas proposiciones reflejan accidentes históricos (por ejemplo, el énfasis en la sexualidad de una Viena victoriana en los escritos de Freud) o la cultura del autor (por ejemplo, la suposición de que una predisposición hacia la internalidad es superior a la externalidad). Lo que se requiere en este caso es que los psicólogos sociales incorporemos en nuestra forma de pensar un cierto relativismo cultural y enfrentemos la enseñanza y aplicación de nuestra ciencia desde esa perspectiva.

Esta preocupación, sin embargo, no implica un reduccionismo absurdo que nos lleve a proponer psicologías sociales para innumerables grupos sociales y culturales. Si creemos que la psicología social es una ciencia, tenemos que aceptar el hecho de que existen ciertos principios universales que nos permiten hablar de generalizaciones o leyes de la conducta humana. Si esos principios han sido identificados en su mayoría es un punto abierto a la discusión, pero esta discusión no implica que tengamos que crear una psicología social caraqueña que se diferencie de una psicología social limeña, y que a su vez sean diferentes de una psicología social ecuatoriana o dominicana o francesa o estadounidense. El punto crítico entonces está en diferenciar entre los aspectos culturalmente específicos de una teoría (lo que los psicólogos transculturales denominan lo *émico*) de aquellos aspectos que son universales (lo *ético* en la terminología de la psicología transcultural). Esta misma diferenciación implica que habrá teorías o principios o aspectos de los mismos que sólo serán aplicables a una cultura específica (ya sean los Estados Unidos, Francia, o la Unión Soviética) pero estas limitaciones en la validez deben ser descubiertas y establecidas por los psicólogos sociales y no adscritas a una teoría de una manera apriorística.

Hay varias formas de incluir este relativismo cultural dentro de nuestro quehacer profesional. Una perspectiva consiste en el retomar las principales teorías y principios de la psicología social y analizarlos críticamente para establecer su validez transcultural. Un ejemplo de este enfoque es la labor

pionera de Aroldo Rodrigues quien en el Brasil ha logrado establecer los límites en la validez de varios de los principios que manejamos los psicólogos sociales. Esta es una forma de hacer ciencia que se parte de lo existente para producir más y mejores conocimientos. Los psicólogos sociales latinoamericanos estamos en una posición privilegiada para llevar a cabo esta labor toda vez que en nuestros países encontramos las influencias teóricas y profesionales de los psicólogos sociales de todas partes del mundo. Al mismo tiempo, es importante tener en cuenta que este proceso no es hacer una ciencia de segunda clase (como a veces he oído de parte de algunos de nuestros colegas) sino lograr hacer una investigación de primera categoría y de singular importancia en la cual los psicólogos sociales de los países industrializados o aun de los países socialistas de Europa no han logrado involucrarse.

Una segunda alternativa consiste en lograr pensar nuestros conocimientos psicosociales en función de premisas socio-culturales. Esto implica que cuando hablamos de algún principio psicosocial (por ejemplo, atribución de causalidad, disonancia cognoscitiva, reactancia) o de la aplicación de nuestras teorías, debemos considerar si se ajustan o están de acuerdo con las premisas socio-culturales que definen a nuestra cultura latinoamericana. Desafortunadamente es poco lo que conocemos al respecto aunque psicólogos como Rogelio Díaz-Guerrero o Harry Triandis y varios antropólogos han contribuido significativamente a este área. En la práctica, esta preocupación implica analizar si un cierto procedimiento (por ejemplo, técnicas de asertividad) estarían de acuerdo con la «cultura subjetiva» (la forma de pensar, actuar, y creer de un cierto grupo cultural) o si por el contrario son tan disonantes con la cultura del individuo que provocarían rechazo de las mismas (por ejemplo, en el caso de las técnicas de asertividad está el libretto social de la simpatía que caracteriza a las culturas latinoamericanas y que define patrones para la interacción social diferentes de los que forman parte de las técnicas de asertividad). Lo que se requiere entonces es un escepticismo sano y un conocimiento de lo que nos caracteriza como una unidad sociocultural para así poder contrastarlo con nuestros conocimientos de psicología social.

Desafortunadamente, son pocos los psicólogos sociales latinoamericanos que siguen esta línea de acción que es enriquecedora en lo personal y en lo profesional. Sin lugar a dudas, esta es un área de desarrollo de la disciplina que requiere la atención de futuras generaciones de psicólogos sociales. Si queremos crear una psicología social latinoamericana (que se diferencie de una «psicología social en latinoamérica») debemos establecer los parámetros culturales de la psicología social universal junto con la proposición de teorías, hipótesis y constructos autóctonos.

Psicología Social Aplicada

Como se ha mencionado repetidas veces, una de las características más importantes de la Psicología Social latinoamericana es su énfasis en la aplicación de los principios teóricos para la solución de los problemas que aquejan a nuestras sociedades. En ese sentido, los psicólogos sociales latinoamericanos han colaborado y participado en importantes proyectos de cambio social incluyendo acciones a niveles macrosociales (como en Chile,

Cuba, México) así como programas más reducidos en alcance pero de igual importancia personal para los beneficiados. Además, usualmente han sido psicólogos sociales quienes han contribuido al entrenamiento o a la creación de áreas tales como la psicología comunitaria, la psicología ambiental y más recientemente la psicología de la salud en América Latina.

Aunque existen excepciones importantes, hay dos tendencias preocupantes en lo que llamamos psicología social aplicada. Una de ellas consiste en la creación de programas de promoción social y de cambio comunitario llevados a cabo por psicólogos sociales pero donde brilla por su ausencia la psicología social y sus teorías. Esto no quiere decir que toda acción *personal* que llevemos a cabo los psicólogos sociales debe estar impregnada de teorías psicosociales; pero sí implica que si llamamos a algún producto nuestro como una aplicación de la psicología social éste debe contener psicología social y no basarse primordial o única y exclusivamente en otras ciencias sociales (sociología, ciencia política) o en las profesiones de servicio (trabajo social, promoción comunitaria, enfermería, medicina). En la práctica, esto quiere decir que una campaña de alfabetización diseñada por un ministerio de educación sin tener en cuenta teorías o principios de psicología social que puedan ser relevantes, no es psicología social aplicada aunque sean psicólogos sociales los que apliquen o participen en la campaña. Este es un punto importante que va más allá de meras sutilezas lingüísticas. Si vamos a hablar de una psicología social aplicada y describir sus éxitos o fracasos basados en nuestras experiencias, debemos cerciorarnos de que en realidad estamos aplicando la psicología social y no que estamos trabajando en otras capacidades. Otro ejemplo relacionado con este argumento podría ser el hecho de que cuando son psicólogos sociales o estudiantes de psicología social quienes sirven comidas a miembros desposeídos de una comunidad urbana no hacen de ese servicio social una intervención psico-social ni este importante proyecto es un ejemplo de psicología social aplicada.

Definir qué es psicología social aplicada es algo más difícil de lo que se podría pensar inicialmente y particularmente a la luz de los ejemplos que he citado anteriormente o de los casos que todos probablemente conocemos. Para encontrar una solución a este problema tal vez podemos retomar las palabras atribuidas a Kurt Lewin en relación con la idea de que no hay nada más práctico que una buena teoría. Se podría entonces pensar que un ejemplo de psicología social aplicada *debe* incluir la utilización de una teoría o principio de la psicología social. El contenido teórico más que la identificación profesional de los interventores es entonces lo que definiría una intervención como un caso de psicología social aplicada. Esta propuesta es particularmente importante pues libera al psicólogo social para que actúe como planificador y evaluador de un programa de cambio conductual o social mientras que otros individuos pueden encargarse de la aplicación del programa. De hecho, en muchos casos el éxito de un programa de cambio conductual (como dejar de fumar) y social (como una cooperativa de construcción de viviendas) depende de la implicación de los individuos mismos o de los miembros de la comunidad y del distanciamiento del psicólogo social.

Un segundo aspecto a analizar es la función de la *interdisciplinariedad* de nuestras acciones, ¿qué tanto podemos incluir en el diseño de una intervención de nuestros conocimientos de otras ramas del saber antes de que

se pierda su característica psicosocial? Este es un punto que requiere de mucha discusión y análisis pero como solución inicial podría pensarse en qué aspecto es el dominante. ¿Es la teoría psicosocial o es otro aspecto lo dominante? Si es lo primero, entonces podríamos hablar de un proyecto de psicología social; si es lo segundo, estaríamos contemplando una actividad política, o sociológica, o médica según sea el caso. Este análisis no implica que no pueda existir una colaboración multidisciplinaria entre profesionales de varias disciplinas, cada uno aportando la perspectiva de su profesión o ciencia. El punto de análisis es más bien hasta dónde llegan los límites de nuestras acciones, de tal forma que las podamos encasillar en lo que es psicología social antes de pasar a ser sociología, ciencia política, filosofía, teología o una ideología personal. De igual importancia es el definir la labor del psicólogo social aplicado como diferente de la de un promotor comunitario, un trabajador social, un político, o un misionero de la misma forma que el psicólogo de la salud debe diferenciarse de un médico o de una enfermera y el psicólogo ambiental de un arquitecto o de un planificador urbano. Una de las ideas que subyacen a esta propuesta es el hecho de que son pocos los seres renacentistas que quedan en este mundo donde vivimos una explosión de la información. Ello implica que si nos es difícil estar al tanto de los últimos avances en nuestra ciencia, debe ser imposible estar al día con los de otras ciencias. Tal vez como dice el refrán, «Zapatero a tus zapatos...»

Como resumen estaría la propuesta de que cuando llamamos a un proyecto nuestro un ejemplo de la psicología social aplicada, éste debe tener un alto contenido psicosocial (algo así como las denominaciones de origen de los vinos) entendiéndose por psicología social lo que usualmente se le adscribe a nuestra disciplina. Esto desde luego no implica el que debemos dejar de reconocer el conocimiento y los principios de psicología ingenua (como opuesta a la psicología científica) que encontramos en otras ciencias (por ejemplo, la ciencia política), en otras disciplinas (por ejemplo, el trabajo social) o aun en filósofos y literatos. En cierto sentido lo que considero importante es «dar al César lo del César...»

Difusión de la Información Científica

El último punto que deseo comentar brevemente en este artículo es el problema de la difusión de la psicología social en América Latina. Ya Eduardo Rivera-Medina e Irma Serrano-García lo han anotado en este número de esta revista, pero vale la pena re-enfatizarlo aquí. Como sabemos a partir de la historia de las ciencias, el conocimiento no surte independientemente de su contexto histórico o ignorando las bases que otros han sentado. En ese proceso de construcción de una ciencia o profesión debemos siempre basarnos en cimientos que otros han edificado. Desafortunadamente, en latinoamérica tenemos el problema de que esos cimientos son difíciles de difundir. En muchas partes, el obtener libros o revistas científicas es difícil no sólo por las trabas gubernamentales a la importación de material científico sino también por las grandes distancias y por el costo de los mismos materiales (en algunos países de latinoamérica el costo de un libro llega a equivaler a una tercera parte del salario de un profesor universitario). Esta situación ha producido un estado de cosas donde es muy poco lo que

se conoce de lo que se produce en latinoamérica y donde por lo general se está mejor informado de lo producido en Estados Unidos, Inglaterra, Francia la Unión Soviética y otros países.

Uno de los problemas de esta falta de información es el hecho de que ciertas teorías o hipótesis se convierten en dogma y sus proponentes en «profetas» dado que es difícil estar al tanto de interpretaciones o teorías alternativas a las que puedan estar de moda en un momento dado. Vemos entonces que esta falta de información científica podría producir fenómenos de verdadero caudillismo entre los psicólogos sociales de la misma manera que han existido en otras áreas de la psicología casi desde los inicios de la misma en América Latina.

Una derivación de esta situación es el hecho de que ciertas orientaciones epistemológicas empiezan a considerarse como las únicas capaces de estudiar de manera apropiada un fenómeno dado o de analizar una teoría. Esta actitud detiene o imposibilita el desarrollo de la ciencia al impedir la utilización de métodos alternativos y la contrastación de resultados. Lo que tiende a ignorarse es el hecho de que en muchos casos, las preferencias epistemológicas o teóricas de un individuo obedecen a accidentes históricos de su desarrollo profesional y que hasta ahora no se ha establecido la «mejor» forma de hacer ciencia. Todas las epistemologías tienen ventajas y desventajas y lo mismo es cierto de los métodos que utilizan. Esta es una situación muy particular de una ciencia como la psicología social que nos presenta un reto a los que en ella laboramos al tratar de crear una ciencia suficientemente universal como para ser generalizable y al mismo tiempo suficientemente relevante como para ser utilizable en un problema específico en un momento dado.

Otro efecto es el punto que varios de los autores de esta revista han reflejado al identificarse una cierta minusvaloración del trabajo llevado a cabo en latinoamérica. La falta de información puede una vez más ayudarnos a entender la razón de este fenómeno. Si es poco lo que se conoce de lo que se hace en Latinoamérica, no es sorprendente que se considere de poco valor o que se piense que en latinoamérica no se pueden producir cosas importantes y de valor universal.

Existen desde luego inicios de soluciones al problema. La existencia de sociedades profesionales tales como la Sociedad Interamericana de Psicología (SIP) ayudan a fomentar el intercambio de ideas a través de revistas y boletines informativos, así como a través de la celebración de congresos y reuniones científicas. El éxito de los Congresos Interamericanos de Psicología en términos de asistencia y relevancia científica son un ejemplo más de la necesidad sentida de intercambiar información. Otra excelente contribución a la solución de este problema es la creación de centros de información científica en latinoamérica como el fundado por José Miguel Salazar en Venezuela o el que existe en la Universidad Nacional Autónoma de México. Por otra parte están las revistas científicas que publican los resultados de nuestras investigaciones y de nuestras inquietudes y que tienen un marcado interés internacionalista. Un ejemplo de éstas es precisamente la *Revista de Psicología Social* que integra a la América y Europa latinas o la *Revista Interamericana de Psicología* que incluye artículos de psicólogos de todos los países de las Américas. Estos son importantes pasos pero sin

lugar a dudas mucho más es necesario antes de poder empezar a solucionar este serio problema de la falta de información científica.

Para terminar esta nota considero importante señalar que el futuro de una ciencia o profesión depende de los esfuerzos y recursos humanos que logra acumular. Hace quince años se podía contar el número de psicólogos sociales latinoamericanos en los dedos de las manos, afortunadamente en este momento tenemos un verdadero contingente de psicólogos sociales jóvenes, creativos y ágiles que han ayudado a crear lo que hace quince años creíamos que era sólo un sueño. Es difícil predecir el futuro, pero estoy seguro de que los próximos quince años de la psicología social en latinoamérica van a ser mucho más interesantes que los anteriores y esto se deberá al trabajo de los psicólogos sociales latinoamericanos.